

**Royalties e cidadania na perspectiva do G1 Fluminense e do
PEA Territórios do Petróleo**

**Royalties and citizenship from the perspective of the G1 Fluminense and the
PEA Petroleum Territories**

**Royalties y ciudadanía desde la perspectiva del G1 Fluminense y del
PEA de los Territorios del Petróleo**

Simone Rodrigues Barreto¹
Mozarth Dias de Almeida Miranda²
Marcelo Carlos Gantos³

Resumo

Este artigo objetiva compreender de que maneira informações a respeito do uso dos recursos financeiros provenientes dos *royalties* do petróleo pelos municípios do Norte Fluminense foram publicadas pelo site G1, fazendo um contraponto com o conceito da comunicação popular utilizada pelo Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã (PEA-TP), que faz parte da política pública ambiental e concentra os trabalhos na mitigação do déficit informacional. O estudo problematiza, ainda, a visão de contraste-conflito da mídia com a comunicação popular e como elas atuam no *agir comunicativo democrático*, levando em conta como a comunicação popular e *webjornalismo* contribuem na vigília cidadã e na ampliação da capacidade do cidadão de compreender e participar das decisões democráticas e políticas na sociedade. A metodologia utilizada neste estudo é a qualitativa e bibliográfica quanto à abordagem, apresentando um recorte específico documental com análise de sete reportagens do jornal on-line, publicadas de 2014 a 2018. Acredita-se que o conteúdo sobre *royalties* do petróleo apresentado pela mídia tradicional é pobre e não estimula o cidadão ao debate do uso desses recursos financeiros enquanto os PEA, a exemplo do Territórios do Petróleo, estimulam o controle social, pois utilizam ferramentas tanto da educação quanto da comunicação popular, proporcionando conhecimento e estimulando a disseminação de informação.

Palavras-chave: Socioambiental. Mídia Cidadã. Comunicação Popular. Webjornalismo. Leitura de reportagens.

Abstract

This article aims to understand how information about the use of financial resources from oil royalties was published in Norte Fluminense by the G1 website, making a counterpoint to the concept of popular communication used by the Petroleum Territories Environmental Education Project: Royalties and Citizen Vigil” (PEA-TP), which is part of the environmental public policy and focuses its work on mitigating the information deficit. The study also problematizes the contrast-conflict view of the media with popular communication and how they act in *democratic communicative action*, considering how popular communication and web journalism contribute to citizen vigilance and to the expansion of citizen capacity. The methodology used in this study is qualitative and bibliographical as to the approach, presenting a specific documentary clipping with analysis of seven reports from the online newspaper, published from 2014 to 2018. It is believed that the content on oil royalties presented by traditional media it is poor and does not encourage citizens to debate the use of these financial resources, while the PEAs, like the Petroleum Territories, encourage social control, as they use both education and popular communication tools, providing knowledge and encouraging the dissemination of information.

¹ Jornalista, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: sibarreto@gmail.com

² Jornalista, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro E-mail: mdam1510@gmail.com

³ Professor titular do Laboratório de Estudos do Espaço Antropológico (LEEA) do Centro de Ciências do Homem (CCH), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: mcgantos@gmail.com

Keywords: Socioenvironmental. Citizen Media. Popular Communication. Web journalism. Reading reports.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la información sobre el uso de recursos financieros provenientes de *royalties* petroleras fue publicada en Norte Fluminense por el sitio web de G1, haciendo un contrapunto al concepto de comunicación popular utilizado por el Proyecto de Educación Ambiental Territorios Petroleros: *Royalties* y Vigilia Ciudadana.” (PEA-TP), que forma parte de la política pública ambiental y enfoca su trabajo en mitigar el déficit de información. El estudio también problematiza la visión contraste-conflicto de los medios con la comunicación popular y cómo actúan en la *acción comunicativa democrática*, teniendo en cuenta cómo la comunicación popular y el periodismo web contribuyen a la vigilancia ciudadana ya la ampliación de la capacidad ciudadana. La metodología utilizada en este estudio es cualitativa y bibliográfica en cuanto al abordaje, presentando un recorte documental específico con análisis de siete reportajes del diario en línea, publicados entre 2014 y 2018. Se cree que el contenido sobre regalías petroleras presentado por medios tradicionales es pobre y no anima a la ciudadanía a debatir el uso de estos recursos económicos, mientras que las PEA, como los Territorios del Petróleo, fomentan el control social, ya que utilizan herramientas tanto educativas como de comunicación popular, aportando conocimientos y fomentando la difusión de información.

Palabras llave: Socioambiental. Medios Ciudadanos. Comunicación Popular. Periodismo web. Lectura de informes.

1 Introdução

O universo da comunicação social, seus projetos e estratégias comunicativas são marcados por exclusões, intervenções e mediações em diversas sociedades. No Brasil, a situação não é diferente. De um lado a estrutura dos conglomerados midiáticos, conhecidos como a indústria da informação, voltados para a mídia hegemônica, informa à elite, tratando a informação como moeda de poder, seja nos veículos convencionais ou nas novas plataformas cibernéticas, que buscam decidir a agenda social e construir a opinião pública dentro dos seus interesses econômicos e políticos. Nesse contexto alguns temas são poucos explorados como notícia, o que se cogita, em alguns casos, o desinteresse dos meios de comunicação no tema e a disposição em reproduzir o interesse do poder hegemônico. Podemos apontar o assunto *royalties* como um deles, principalmente no Norte Fluminense, maior região do estado do Rio de Janeiro, na qual, por décadas, a maioria de seus municípios possuía tal receita como principal fonte de recurso público.

Nesse sentido, observamos, ainda, que do outro lado dessa questão informacional estão os cidadãos que possuem uma histórica disposição comunicacional, mas que, muitas vezes, estão à margem da história contada pelos meios de comunicação e consomem a informação pronta, seja pré-determinada pela linha editorial da mídia tradicional ou espalhada pelos algoritmos e bolhas das redes sociais. Podemos apontar que, nestas primeiras décadas do século XXI, os conglomerados midiáticos se mostram incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre vários temas que afetam a cidadania.

Nas sociedades midiáticas, os meios de comunicação sempre ocuparam um lugar estratégico para a constituição do espaço público, porém as relações de mercado dos *meios* com os setores hegemônicos de poder nem sempre dão voz a diversos sujeitos, considerando suas agendas e pluralidades. Nesse caso, Fonseca (2010) explica que uma das premissas afirmadas pelos próprios veículos de comunicação é de que a notícia é uma mercadoria, dado o caráter capitalista da esmagadora maioria das sociedades, e de que a democracia liberal permite a liberdade de expressão por meio da propriedade privada dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que esses meios de comunicação são controladores, também dizem se esforçar para exercer a cidadania, porém percebemos claramente que essa cidadania *pré-fabricada* nem sempre provoca reflexão do papel político, social e cultural dos indivíduos.

Em síntese⁴, este estudo busca problematizar a contribuição da comunicação popular para o fortalecimento da cidadania, levando em conta o conceito de cidadania considerado pelo Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) como o “exercício de direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição Brasileira” (TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2014), acrescido do pensamento de Rezende Filho (2001), que aponta cidadania como o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros. Em outras palavras, ser cidadão está relacionado a um modo de estar em sociedade e tem como referência os direitos humanos: os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.

Ademais, nesta pesquisa buscamos compreender de que maneira informações a respeito do uso dos recursos financeiros provenientes dos *royalties* do petróleo pelos municípios localizados no Norte Fluminense foram publicadas pelo site G1, fazendo um contraponto com o conceito da comunicação popular utilizada pelo Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP), que faz parte da política pública ambiental e concentra os trabalhos na mitigação do déficit informacional. Problematizamos, ainda, a visão de contraste-conflito da mídia com a comunicação popular e como elas atuam no agir comunicativo democrático (GANTOS, 2015), levando em conta como a comunicação popular e webjornalismo contribuem na vigília cidadã e na ampliação da capacidade do cidadão. A metodologia utilizada neste estudo é a qualitativa e bibliográfica quanto à abordagem, apresentando um recorte específico documental com análise de sete reportagens do jornal *on-line*, publicadas de 2014 a 2018. Acredita-se que o conteúdo sobre *royalties* do petróleo apresentado pela mídia tradicional é pobre e não estimula o cidadão ao debate do uso desses recursos financeiros, enquanto os PEA, a exemplo do Territórios do Petróleo, estimulam o controle social, pois utilizam ferramentas tanto da educação quanto da comunicação popular, proporcionando conhecimento e estimulando a disseminação de informação.

2 Comunicação Popular, cidadania e Vigília Cidadã no PEA-TP

O projeto Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã (PEA-TP) situa, desde 2014, seu acionar na geografia e no cenário de demandas informativas oriundas dos grupos sociais vulneráveis identificados durante o Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos-PEA-BC, (2012), direcionadas a questão dos *royalties*. O projeto atua e intervém – diretamente e indiretamente – sobre um público diversificado, pertencente a dez municípios da Bacia de Campos (BC): Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra (PETROBRAS, 2013, p. 1).

Nesse recorte para o Norte Fluminense e a Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, municípios, estes, confrontantes com a Bacia de Campos, produzem cerca de 69% do petróleo brasileiro (ANP, 2018), tendo impacto financeiro positivo nas receitas municipais.

Como compensação, as prefeituras desses municípios passaram a receber pagamento dos *royalties* do petróleo. Essas mudanças foram trazidas pela Lei 9.478/97 - Lei do Petróleo – que proporcionou um aumento significativo nas rendas dos municípios dessas regiões que, além de já serem beneficiadas pelo pagamento dos *royalties* a partir de critérios geográficos definidos pelas Leis 7.453/85 e 7.525/86, foram favorecidas com o incremento dessas receitas, conhecidas como Participações Especiais (BRASIL, 1985, 1986, 1997).

⁴ Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA).

No Norte Fluminense, a utilização dos recursos dos *royalties* e das participações especiais vem ocupando a atenção dos grupos sociais que desejam compreender sua origem e destinação em benefícios de todos e, por essa razão, entendemos que a comunicação popular, associada ao processo educacional, tem sido uma das principais ferramentas de políticas públicas de cunho social, não sempre avaliada adequadamente em sua tríplice dimensão de eficiência, eficácia e efetividade.

Neste projeto de investigação, os atores sociais privilegiados são os membros dos Núcleos de Vigilância Cidadã (NVC) do Projeto Territórios do Petróleo, denominados *sujeitos da ação educativa*, que foram identificados a partir das ações da fase I do projeto, em consonância com as diretrizes delineadas pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CGPEG/IBAMA) e baseado nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do Projeto de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC, 2012), momento em que ocorreram as atividades itinerantes do PEA Territórios do Petróleo, município a município, debatendo publicamente com os comunitários as questões dos *royalties* e os impactos da indústria do petróleo no processo de Licenciamento Ambiental da Bacia de Campos (BC).

Nesse percurso, mais de dez mil pessoas foram mobilizadas e, a partir dessa interação, foram identificados e selecionados cerca de trezentos potenciais sujeitos da ação educativa para integrarem a II fase de formação dos dez Núcleos de Vigilância Cidadã. Muitos deles são representantes de agentes comunitários, lideranças comunitárias, membros de associações de moradores, quilombolas, trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores; alguns dos quais também são participantes de outros PEAs da BC.

As ações do PEA-TP acontecem desde 2014, e visam auxiliar os participantes a avançar na ampliação do conhecimento sobre a renda petrolífera, assim como compreender sua realidade, promovendo, assim, articulações sociais em diversas escalas, que facilitem e ampliem o acesso dos municípios aos dispositivos democráticos de controle social (PETROBRAS/UENF, 2016, p. 2).

O projeto está em sua terceira fase (2019-2022) e, além das atividades educativas, que ocorrem, em sua maioria, quinzenalmente, por meio de reuniões e oficinas, aplicadas por educadores populares e pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense, os participantes dos dez Núcleos de Vigilância Cidadã, também participam de ações de comunicação popular, utilizando várias ferramentas: teatro, reuniões comunitárias, boletim digital e oficinas de produção de conteúdo para redes sociais.

3 Educação e comunicação popular no PEA-TP: reflexões e conceitos que inspiram a participação

O PEA-TP desenvolve atividades educativas e comunicacionais como processo contínuo e tem, como objetivo principal, estimular a participação e o protagonismo dos participantes do projeto de forma contínua. Sabemos que o termo participação, dentro do contexto social brasileiro, tem a ver com tomar parte ativamente. Isso é o que aponta Cicília Peruzzo (1998, p. 73), levando em consideração a experiência histórica do povo brasileiro. De acordo com a autora, nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos esses povos não têm tradição de participação ou conscientização política. Nos municípios da Bacia de Campos, região compensada financeiramente pela extração de petróleo, essa participação é vista como inexpressiva, haja vista que boa parte das prefeituras dessa região recebem recursos financeiros importantes provenientes das participações governamentais (*royalties* e participações especiais), uma compensação financeira paga pela extração do recurso natural e finito, mas nem sempre o cidadão tem conhecimento de quanto e como essas receitas são gastas nos serviços públicos e nem mesmo sabe como exercer controle social dessas receitas.

Cicília Peruzzo (2008) registra que a comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação, e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. Fora do Brasil, um dos principais estudiosos de comunicação popular é Mário Kaplún, o qual exprime tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. O autor enfatiza os aspectos educativos desse processo de comunicação, afirmando que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão” (KAPLÚN, 1998, p. 17).

No Brasil, a literatura do campo comunicacional considera, a partir dos estudos de Luiz Beltrão, na década de 1960, os processos de comunicação popular e alternativa, nascendo na *Folkcomunicação*, mais conhecida como a *comunicação dos marginalizados*, até chegar às mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias. Luiz Beltrão considera que a *Folkcomunicação* seja um processo de troca de informação e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados, direta ou indiretamente, ao folclore (BELTRÃO, 2001, p. 79).

É importante pontuar que, sendo Luiz Beltrão, e depois o seu sucessor, José Marques de Melo os primeiros pesquisadores do campo da comunicação popular, os dois autores foram influenciados diretamente pelas ideias do educador Paulo Freire, que impactaram suas teorias da comunicação. Marques de Melo (2006) contextualiza que, a partir do final da década de 1980, as pesquisas sobre comunicação popular surgem com mais vigor, ampliando o olhar dos meios de comunicação de massa e da perspectiva de denúncia e crítica a estes para as investigações que procuram compreender o caráter educativo e transformador das práticas de comunicação popular.

Os pensamentos freireanos inspiraram os movimentos de comunicação dialógica e participativa e de leitura crítica na década de 1970, quebrando a lógica do emissor que fala e o receptor que recebe passivamente. Os meios de comunicação de massa, na verdade, são meios de *comunicados*, tornando o espectador objeto passivo. “Na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado! Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos” (FREIRE, 2003, p. 26). O autor coloca que se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significativo mediador dos sujeitos.

Decorridos mais de quarenta anos, a situação midiática não mudou muito no Brasil, tal fato se confirma a partir dos estudos de pesquisadores como Peruzzo (1998, 2008), Peruzzo e Brites (2002) e Paiva (2001, 2008), que seguiram seus estudos nesse campo, chegando aos conceitos de comunicação alternativa, popular, comunitária e participativa, muito utilizados nesses tempos. Neste estudo, não objetivamos especificar cada um desses conceitos, por essa razão, não nos aprofundamos nas variantes conceituais de comunicação popular, já que o nosso foco se concentra no viés comunicação e cidadania.

Peruzzo (2008) afirma, em síntese, que a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representa um espaço para participação democrática do povo.

Tal poder é exercido de maneira formal (em conselhos de políticas, por exemplo) ou informal (em relações diretas, por diferentes canais de contato, entre grupos de interesse e representantes do poder executivo). Vale ressaltarmos que, quanto mais informal for o controle social, maior tende a ser a falta de transparência do poder exercido, pois fica mais difícil associar as decisões tomadas pelos governantes com os interesses e os grupos que essa decisão desatendeu, e mais elevada a chance de que esse controle social produza ou aprofunde desigualdades políticas.

Essas modalidades de comunicação, normalmente, partem da iniciativa de um grupo socialmente desfavorecido que busca seu fortalecimento enquanto corpo coletivo, e vê na comunicação uma poderosa ferramenta de articulação e mobilização social. Esse meio de comunicação contra-hegemônico passa a ser, então, um novo local de poder que, além de não estar imune aos inevitáveis conflitos internos, passa a disputar com outras instâncias de poder, procurando agenciar suas próprias demandas e forçar um novo consenso, mais favorável ao corpo coletivo do qual faz parte.

Além disso, salientamos que a comunicação popular pode ser entendida como algo mais amplo que uma contraposição à comunicação hegemônica, de massa e elitista. Nessa perspectiva, é necessário que compreendamos tanto comunicação quanto educação como processos sociais, havendo, nesse sentido, clara aproximação dos seus campos teóricos, caracterizando-se como áreas interdisciplinares, tendo como questão fundamental o popular personificado no sujeito marginalizado ou excluído dos aspectos formais e hegemônicos da sociedade.

Acreditamos que refletir no potencial que a educação e a comunicação popular têm, como promotoras de cidadania e de controle social, é fundamental para compreendermos as práticas comunicacionais aplicadas no PEA-TP, cujo objetivo é empoderar os sujeitos da ação educativa em um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo do controle social dos *royalties* do petróleo.

4 Informação, comunicação e conhecimento como alicerce da Vigília Cidadã

De acordo com Gantos (2019), a proposta do PEA-TP objetiva facilitar aos sujeitos da ação educativa, tanto coletiva como individualmente, estarem mais informados, comunicados e capacitados para observar e monitorar o cenário local dos *royalties* e, ao mesmo tempo, que compreendam a dinâmica dos impactos da indústria do petróleo na Bacia de Campos nas suas diversas escalas (local/regional/mundial)

Para mitigar ou diminuir o problema prioritário do PEA-TP, isto é o déficit informacional ou noutras palavras o escasso nível de informação da população sobre as rendas petrolíferas e sua destinação e acompanhamento ou controle social dos cidadãos, o arcabouço desenhado articulou e disponibilizou conceitos, ferramentas e técnicas variadas provenientes do campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais configurando a concepção da Vigília Cidadã, alicerce metodológico e estrutura de sentido organizadora das diversas ações e metas pautadas no plano de ação do projeto. (GANTOS, 2019, p. 36).

Nessa direção, a Vigília Cidadã (VC) se fundamenta teoricamente e se apoia metodologicamente nas noções de informação, comunicação e conhecimento. Estas funcionam como uma triangulação de ideias e práticas sociais que são estruturantes do processo educativo previsto no PEA. Esse desenho busca incentivar o agir comunicativo do público do projeto, como base do processo educativo enquanto possibilidade emancipatória e fator dinâmico de ampliação do acesso à cidadania regulada. Em outras palavras, o desafio consistiu em forjar, coletivamente, um serviço de suporte comunitário e orientação para a ação cidadã no incentivo do controle social.

O suporte esteve fundamentado na cogestão social de um conjunto de atividades grupais, práticas cognitivas e rotinas de trabalho comunitário desenvolvidas em fases de execução que implicam aos participantes do PEA estar alertas e informados, informando e compartilhando informação qualificada, regularmente, desde os NVC para as comunidades de vida. Ao mesmo tempo, treina o Sujeito da Ação Educativa (SAE) para estudar, entender e representar, desde o ponto de vista comunitário, os cenários, as mutações e as permanências

na gestão municipal, visualizando e experimentando no convívio do núcleo o que está em jogo no dia a dia nos territórios do petróleo fluminense.

Após as muitas ações educativas realizadas no PEA-TP, a comunicação popular começou a se configurar e personificar como processo de comunicação mediado pela tecnologia, a partir da fase II (2017-2019) e, em seguida, na fase III (2020-2022) com a realização das oficinas de Educomunicação, a execução dos boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, com as publicações de conteúdos em texto, vídeo e animações no site, possibilitando, assim, um ecossistema comunicacional e aproximando espaços e realidades, para busca e troca de informações sobre *royalties* do petróleo.

Essas ações foram de ordem prática nas plataformas midiáticas como o site do projeto⁵ e canais interativos como o Youtube e redes sociais, facultando o aumento da circulação da informação sobre *royalties* do petróleo e outros temas associados a ele no ambiente virtual.

É importante destacarmos que o desenvolvimento desse ambiente virtual do projeto, desde a fase II, é construído coletivamente e preocupa-se em apresentar desde o *layout* mais contemporâneo e inovador, até um sistema de conteúdo com recursos e funcionalidades que permitam uma nova arquitetura da informação, pois o comunicar de forma qualificada é um dos objetivos essenciais dos SAE do PEA-TP.

Os conteúdos informacionais do PEA-TP não são produzidos por jornalistas, mas, sim, de forma coletiva por comunitários, técnicos socioeducadores, com apoio técnico de jornalistas e pesquisadores em comunicação. A elaboração dos conteúdos se aproxima dos conceitos do *webjornalismo* participativo, em alguma medida, principalmente por conta da criação de conteúdos originais e a utilização das características da *web*, reunindo, também, no mesmo espaço, múltiplas ferramentas.

Segundo Barichello e Carvalho (2009), o *webjornalismo* evoluiu expressivamente nos últimos anos. As meras reproduções do conteúdo impresso, transposto numa plataforma *online* de forma idêntica ao do papel, deu lugar aos *hiperlinks* e opções de interatividade com o leitor. No século XXI, a produção de informação e comunicação qualificada cresce a cada dia, já que o ciberespaço democratizou a informação, fazendo crescer o número de produtos que convidam o público a atuar como produtor de conteúdo noticioso. “A ideia de transformar internautas comuns em repórteres surge, no mundo, em iniciativas como Slashdot, Ohmy News, Wikinews”, explicam as autoras (BARICHELLO; CARVALHO, 2009, p. 180).

Barichello e Carvalho (2009) citam Lindemann (2006, p.158), que compreende que fórmulas e públicos diferentes, são exemplos nos quais as matérias são feitas parcial ou totalmente por usuários. “Em alguns casos há uma checagem ou edição das notícias enviadas pelo público por parte de moderadores - jornalistas profissionais ou não, mas o princípio destes sites é ser uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais”.

Esse processo de midiaticização da sociedade, principalmente o relacionado à geração de conhecimento para promoção de cidadania, se aproxima muito do conceito de Vigília Cidadã ao buscar reduzir, gradativamente, as incertezas sobre a *caixa preta* dos *royalties*, ampliando conhecimentos cívicos sobre os aspectos ativos da cidadania, buscando minimizar a assimetria informacional existente nos grupos sociais desfavorecidos impactados, incluídos no público do PEA-TP.

Entende-se que, ao mesmo tempo em que Vigília Cidadã e *webjornalismo* participativo se aproximam em algumas características, principalmente no fazer informacional, esses dois conceitos se distanciam muito do conceito de *webjornalismo* tradicional.

⁵ Disponível em: <www.territoriosdopetroleo.eco.br>.

5 Webjornalismo participativo⁶ como plataforma de divulgação da informação: conceitos e princípios aplicados nesse tipo de produção de conteúdo

O jornalismo *online* nos veículos de imprensa continua sendo realizado de maneira tradicional nos âmbitos do processo de pesquisa, de apuração, de seleção e de coleta de informações. O que se diferencia é a exploração do ambiente informacional e o contato com as fontes pelas redes digitais. Nesse espaço, conforme Mielniczuk (2003), o jornalismo digital se desenvolveu de forma complexa, com a disponibilização de informações em texto, vídeo, áudio e foto.

A possibilidade de reunir no mesmo espaço essas ferramentas (multimedialidade) pode nos ajudar a compreender melhor o fato, e refletir como a narrativa jornalística é enriquecida e atualizada de acordo com os seus desdobramentos. Os “recursos de interatividade, como chats com a participação de personalidades públicas, enquetes, fóruns de discussões” (MIELCNICZUK, 2003, p. 9-10) contribuem para a democratização da informação e incentivam a participação do leitor.

Nesse caso, abrimos um parêntese para discorrer, brevemente, sobre o conceito de ecologia das mídias, tema que vem ganhando espaço considerável dentro dos estudos de comunicação pela necessidade de compreender o fenômeno do ambiente das mídias, em particular dos meios digitais. Explicitamos que, conforme relatam Strate, Braga e Levinson (2019, p. 67), a autoria do termo *ecologia das mídias* é creditada a Neil Postman que, em 1968, definiu a expressão como “o estudo das mídias como ambientes”.

Contudo, mesmo antes que o termo fosse cunhado, Strate, Braga e Levinson (2019) explanam que a ecologia das mídias começou a ser desenvolvida a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, e ganhou evidência com Marshall McLuhan, observando as consequências globais-ecológicas que a introdução das tecnologias digitais produzem na sociedade, e atentando, ainda, para o fato de esses meios de comunicação afetarem a percepção, a compreensão, os sentimentos e os valores humanos.

Na perspectiva de Postman (1994) a palavra ecologia implica no estudo de ambientes: sua estrutura, conteúdo e impacto sobre as pessoas. O autor descreve a Ecologia das Mídias como uma análise crítica sobre a influência dos meios de comunicação nas percepções humanas, abordando como a interação com as mídias dificulta ou facilita as chances de sobrevivência, refletindo sobre as regras impostas pelas mídias, como elas estruturam o que o público acessa e os modos de sentir e agir sobre cada indivíduo, passando pelas questões filosóficas e sociais da liberdade, verdade e conhecimento.

As novas tecnologias mudam aquilo que entendemos como “conhecimento” e “verdade”; elas alteram hábitos de pensamento profundamente enraizados, que dão a uma cultura seu senso de como é o mundo – um senso do que é a ordem natural das coisas, do que é sensato, do que é necessário, do que inevitável, do que é real. (POSTMAN, 1994, p. 21-22).

O excerto acima permite-nos entender que toda ferramenta tecnológica carrega consigo um viés ideológico, que predispõe uma construção de ideia de mundo específica. Partindo desse parêntese, é possível retornarmos às considerações sobre a produção de notícias no *webjornalismo*, levando em conta os efeitos e produção nos meios digitais.

⁶ A denominação “webjornalismo participativo” remete à ideia de produção, publicação e compartilhamento de material noticioso na rede mundial de computadores a partir da colaboração de qualquer internauta visto que o webjornalismo rompeu com a periodicidade, uma das características do jornalismo, inserindo a máxima do “tempo real” no cenário online (CUNHA; GOMES; CAJAZEIRA, 2018, p. 9)

Em síntese, apontamos como atributo importante para o *webjornalismo* a possibilidade de atualização das notícias sem depender de impressão ou programação, pois otimiza a publicação de fatos do cotidiano com rapidez, e a se aproximar do “conceito fetiche de ‘tempo real’” (CAVALCANTI, 2013, p. 22, 2013).

A não restrição de espaço, que era um limite para os jornais impressos, não é um problema para os portais, e, dessa forma, a liberdade para ampliar e aprofundar o conteúdo é outra característica que os diferencia dos veículos tradicionais. Uma possibilidade é a utilização dos *hiperlinks* para ampliar o potencial da escrita e a oferta de informação para o leitor (CAVALCANTI, 2013, p. 48, 2013)

No que diz respeito ao usuário, com as novas possibilidades de leitura dinâmica oferecidas pelas novas tecnologias, podemos dizer que “o hipertexto vem proporcionar uma modalidade de self-service jornalístico: permite que cada leitor escolha seu próprio ‘prato informativo’ com os ingredientes que deseje e na ordem e quantidade que lhe interesse” (SALAVERRÍA, 1999, p. 15, tradução nossa).

Para Pavlik (2005, p. 61): “não existe dúvida que alguns leitores, integrantes da audiência, buscarão notícias que encaixem com seus interesses ou confirmam as fontes de informação digital que se ajustem melhor a suas preferências”.

A adaptação do *site* ao perfil do internauta, assinante daquele serviço, acontece através de análises de hábitos de navegação, com preferências por determinadas editoriais, cliques, e aplicação de questionários para facilitar no recorte do tipo de seleção que será feita. Conforme Cavalcanti (2013, p. 56), o *webjornalismo* estabelece dois tipos de interação: a reativa e a mútua. Por exemplo, conforme o autor, uma enquete é reativa, um *link* reativo, um *chat* é mútuo, entre outras opções.

De acordo com Pavlik (2005), o perfil dos meios digitais, com a união de formatos e a possibilidade de troca com o receptor deve transformar o jornalismo, porque aproxima comunidades com preocupações e interesses em comum, e, ainda, por contarem com espaço ilimitado para oferecer contexto, análises, e interrelação entre mídia e receptor. Assim, pelo menos na concepção do *webjornalismo* e nos conceitos de Kaplún (1998), a plataforma proporcionaria a busca pela consciência, reflexão, e discussão da realidade.

Para Cavalcanti (2013) o leitor tem participação ativa na construção da notícia com sugestões de pauta, troca de informações com repórteres e fontes, e até a própria produção de texto, foto, ou vídeo que são cedidos ao veículo de imprensa. Dessa forma Cunha, Gomes e Cajazeira (2018) definem que os cidadãos se tornam replicadores de informações, fontes de pesquisa, e analistas e produtores de reportagem.

Outro aspecto ressaltado pelo *webjornalismo* é a memória⁷. A contextualização do fato, a busca de informações já publicadas, dados oficiais para efeito de comparação e análise “para que se possa compreender o fato, seus antecedentes e consequências, de forma a gerar uma melhor compreensão da realidade” (CAVALCANTI, 2013, p. 60).

A composição da informação no ambiente *web* é caracterizada pela hiperligação dos blocos informativos. Como abordamos anteriormente, esse tipo de mídia tem a rapidez na

⁷ “O usuário final pode, também, recorrer ao passado arquivado para, fácil e rapidamente, situar e contextualizar a atualidade que lhe é apresentada através do fluxo midiático. Em outras palavras, além do incremento do uso da memória como ferramenta narrativa pelos produtores de informação jornalística, um processo de *empowerment* está ocorrendo no que diz respeito à construção de contextos para as notícias por parte do próprio usuário através da memória arquivada e os conteúdos das bases de dados à sua disposição” (PALACIOS, 2014, p. 96). “[...] No que diz respeito a memória aplicada ao texto, observamos as seguintes consequências: “Na produção de formas narrativas diferenciadas, com distintos modos de incorporação de memória (background, contexto, contraposição etc), em seus diferentes formatos (áudio, vídeo, fotos, textos, fac-símiles etc.); nas formas de interação com o usuário, que passa a dispor de recursos para investigar, no próprio site do jornal, aspectos históricos/memorialísticos em torno do material de atualidade que lhe é oferecido” (idem, p. 97).

atualização da notícia, a variedade de formatos reunidos no mesmo espaço, e a personalização do serviço para o leitor. Assim, de acordo com Canavilhas (2014), a união desses fatores, estabelece um modelo convergente que proporciona laços de proximidade entre o meio e os leitores.

O número de blocos informativos depende da quantidade de informação disponível, da complexidade da história e do nível de profundidade pensado pelo jornalista. Cada bloco é independente, os diferentes formatos, se utilizados, fazem parte dessa estratégia. Com isso, Canavilhas (2014, p. 19-20) define que as hiperligações devem respeitar quatro regras de montagem: 1- distribuição de hiperligações; 2 – indicar o tipo de bloco informativo para qual direciona a hiperligação; 3- local que se coloca a hiperligação (final da frase, se for indicar para o próximo bloco), 4- relação palavra e conteúdo, ou seja, a palavra de ver específica e direcionar com precisão o conteúdo do bloco indicado.

Diante das definições e características do *webjornalismo*, de *webjornalismo* participativo e da Vigília Cidadã, utilizamos, como objeto de pesquisa deste artigo, a análise das reportagens do G1 Norte Fluminense sobre a dependência dos *royalties* e os impactos causados em Campos dos Goytacazes entre 2014 e 2018. As análises nos permitiram compreender de que maneira informações a respeito do uso dos recursos financeiros dos *royalties* do petróleo foram publicadas no referido portal de notícias, fazendo um contraponto com o conceito da comunicação popular, utilizada pelo PEA-TP, dentro de sua ecologia de mídias numa visão de contraste-conflito da mídia com a comunicação popular e como elas atuam no *agir comunicativo democrático* (GANTOS, 2015), levando em conta como a comunicação popular e *webjornalismo* participativo contribuem na vigília cidadã e na ampliação da capacidade do cidadão.

6 História do Portal G1: do novo negócio à expansão para as afiliadas

Os portais têm dupla função empresarial, porque oferecem conteúdo para os usuários e mantêm os internautas no seu domínio. “Ao oferecer notícias, serviços e conteúdos de parceiros, a permanência do internauta acaba aumentando o valor dos anúncios” (CAVALCANTI, 2013, p. 32). No início dos anos 2000, os grandes conglomerados de comunicação do país viram na nova plataforma uma oportunidade de ampliar os negócios. “Embora o jornal O Globo já mantivesse, desde 1996, seu site com notícias vindas do impresso, foi em 2000 que o conglomerado lançou-se à internet como negócio, implantando um produto exclusivo para a web: a Globo.com” (FABBRI JR; ORMANEZE, 2015, p. 3). Segundo os autores (FABBRI; ORMANEZE, 2015, p.7), no mesmo ano, em uma reunião com as 118 afiliadas, a direção da emissora decidiu que todas deveriam ter um *site* ou portal na internet, e no modelo do Globo.com.

Do ponto de vista da história dos veículos no Brasil, essa fase corresponde, por exemplo, ao surgimento do G1 – *site* de notícias da Globo, em 18 de setembro de 2006. A data escolhida para o lançamento foi o aniversário de 56 anos de implantação da televisão no Brasil. O portal de notícias da Globo dava início a um novo conceito de jornalismo multimídia na internet brasileira, reunindo conteúdo das Organizações Globo como: TV Globo, Globo News, rádios Globo e CBN, jornais “O Globo”, “Extra”, das revistas Época e Globo Rural. Além desses conteúdos cedidos, o portal produz as suas próprias reportagens com equipes de jornalistas em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, e, ainda, colaboradores das afiliadas da TV Globo espalhados pelo país. “Todos os sites das afiliadas, assim, num prazo de três anos, passaram a fazer parte do G1. Essa mudança, para o internauta, começou a ser vivenciada no final de 2010, quando foram integrados os conteúdos da Globo São Paulo e da Globo Rio”. (FABBRI JR, ORMANEZE; 2015, p. 10)

A união dos diferentes formatos fazia parte do Grupo Globo e proporcionou para o Globo.com a ferramenta de assistir vídeos dentro da notícia. Além disso, a criação de uma página participativa “VC no G1” foi específica para receber comentários, opiniões, ou colaboração com fotos, vídeos e notícias dos internautas⁸, mas essa contribuição passa por curadoria⁹. Sem perder de vista a qualidade na produção de conteúdo, a prioridade são as coberturas, os personagens que formam a notícia, utilização de infográficos, reportagens de comportamento no Brasil e no mundo. Esses aspectos são observáveis, com mais frequência, em reportagens produzidas pelas capitais que possuem redações maiores, com definição de pautas e editoriais com repórteres específicos para as coberturas. No interior, as equipes menores e polivalentes selecionam e definem as pautas, que, muitas vezes, envolvem uma grande lista de assuntos. Assim, diante da pressão dos portais concorrentes, a praça precisa cobrir diversos assuntos no mesmo dia, e a qualidade do material se deteriora.

7 Contextos e método de análise

Realizamos uma pesquisa no Google Acadêmico¹⁰ com as palavras-chave: “dependência *royalties*”; “G1”; “2014-2018”; “Campos dos Goytacazes”. O resultado foram sete reportagens publicadas no período estipulado, aqui analisadas a partir dos conceitos do *webjornalismo* e do trabalho de educação ambiental do PEA-TP. O período selecionado foi definido como representativo da queda de produção de petróleo na região, e as possíveis consequências geradas pela queda na arrecadação dos *royalties* para o município de Campos dos Goytacazes.

Objetivamos perceber de quais formas o veículo trata o tema. A escolha dessa mídia foi devido a sua representatividade nacional e regional, por fazer parte de um grupo de comunicação (Grupo InterTV – afiliadas Rede Globo) presente nas regiões onde o projeto ambiental atua no interior do estado do Rio de Janeiro. A seleção da cidade de Campos dos Goytacazes se deveu à maior arrecadação de *royalties*, e por ser o maior município entre os atendidos pelo PEA.

Assim, acreditamos ser possível contribuir para o controle social das rendas petrolíferas nos municípios onde há atuação do PEA-TP, a partir de uma educação não formal em direito, de cunho popular, que não desconsidera os contextos sociais nos quais os sujeitos da ação estão inseridos, o que afinal, forma o próprio conceito de Vigília Cidadã, conforme Gantos descreve:

Vigília Cidadã se fundamenta teoricamente e se apoia metodologicamente nas noções de informação, comunicação e conhecimento. Estas funcionam como uma triangulação¹¹ de ideias e práticas sociais que são estruturantes do processo

⁸ “A esfera pública constitui uma ‘caixa de ressonância’, dotada de um sistema de sensores sensíveis ao âmbito de toda sociedade, e tem a função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e porosa, ancorada no mundo da vida” (LUBENOW, 2010, p. 236).

⁹ “A concepção procedimental de democracia é uma concepção formal e assenta nas exigências normativas da ampliação da participação dos indivíduos nos processos de deliberação e decisão e no fomento de uma cultura política democrática. Por ser assim, esta concepção está centrada nos procedimentos formais que indicam ‘quem’ participa, e ‘como’ fazê-lo (ou está legitimado a participar ou fazê-lo), mas não diz nada sobre “o que” deve ser decidido” (LUBENOW, 2010, p. 232).

¹⁰ Portal que reúne publicações científicas oriundas de várias instituições no país.

¹¹ A triangulação no campo teórico pressupõe a abordagem do objeto empírico por perspectivas conceituais e teóricas diferentes que podem se complementar. Para Denzin e Lincoln (2006, p. 20): “A triangulação é a

educativo previsto no PEA. Este desenho se propõe promover incentivar o agir comunicativo do público do projeto como base do processo educativo enquanto possibilidade emancipatória e fator dinâmico de ampliação do acesso à cidadania regulada (GANTOS, 2019, p. 37).

Justificamos a relevância de nossa pesquisa pelo caráter interdisciplinar dos campos da comunicação, das ciências sociais e da educação. É um tripé fundamental para a realização da análise. A partir daí, a análise dos contextos em que se vive facilita a compreensão diante das escolhas do poder público, a crítica a elas¹², e a cobrança de políticas públicas¹³. A imprensa se torna um espaço fértil para se informar, refletir e debater as diferentes realidades, e cobrar as carências.

Diante dos conceitos de análise definidos para a análise e o recorte do *corpus* realizado, apresentamos, na sequência, os resultados e discussões sobre o material colhido.

8 Resultados e discussões

A primeira reportagem encontrada foi “Orçamento de Campos, RJ, para 2016 é discutido em audiência na Câmara”¹⁴, publicada no dia 08/10/2015. A matéria aborda a respeito da primeira audiência pública, realizada na Câmara de Vereadores de Campos, sobre a Lei Orçamentária Anual para 2016. Bem organizada, clara e que mostra com objetividade – mas sem perder o embasamento necessário – como o orçamento da Prefeitura de Campos foi fortemente impactado pela queda na arrecadação dos *royalties* do petróleo (perda de 50 a 60% de receita para 2016).

Dentre os especialistas ouvidos, indicamos a contribuição do subsecretário de Controle, Orçamento e Auditoria, Luís Fernando de Alvarenga, pois sua declaração é taxativa a respeito da dependência de Campos em relação aos *royalties*: “A Prefeitura trabalha para aumentar sua arrecadação própria e diminuir a dependência dos *royalties*. Vale lembrar que mesmo neste momento de crise nacional a prefeitura segue investindo no município” (G1 ORÇAMENTO..., 2015).

Alguns representantes da sociedade civil requisitaram melhorias e investimentos nas áreas da saúde, trabalho e educação em diversos bairros da cidade. O único *hiperlink* que é incluído na reportagem não adiciona dados complementares à reportagem.

exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas. Cada uma das metáforas ‘age’ no sentido de criar a simultaneidade, e não o sequencial ou o linear”. Minayo e Minayo-Gómez (2003, p. 136) apontam que a triangulação metodológica pode “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados”.

¹² “A própria esfera pública é entendida, por característica, como um espaço irrestrito de comunicação pública. Nada pode ser estabelecido ou restringido de antemão. Qualquer assunto ou questão problematizável pode ser tematizado publicamente, no qual os contornos da esfera pública vão sendo forjados nos processos de escolha, circulação e proposta de temas, e os conteúdos normativos vão sendo preenchidos dependendo de quem controla ou orienta os fluxos de comunicação que figuram na esfera pública” (LUBENOW, 2010, p. 247).

¹³ “Em primeiro lugar, uma esfera pública, ou de modo mais abrangente, um mundo da vida racionalizado, exige uma base social material e simbólica por meio da superação das barreiras criadas pela estratificação social e pela exploração sistemática. [...] Em segundo lugar, para Habermas, “essa concatenação interna (e recíproca) entre autonomia privada e pública, quando a entendemos corretamente, constitui o âmago normativo do paradigma procedimental” [...] Em terceiro lugar, esta crítica habermasiana visa explicitar as debilidades normativas dos modelos liberal e republicano, que, por exemplo, fixam de antemão a escolha sobre o sentido da igualdade jurídica; ou fixam de antemão quais assuntos são privados e quais são públicos. Com o paradigma procedimental, a determinação do sentido da igualdade é lançada no campo político de comunicação pública” (LUBENOW, 2010, p. 247-248).

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/10/orcamento-de-campos-rj-para-2016-e-discutido-em-audiencia-na-camara.html> - Acesso dia: 29/05/2021 Inserir nas refs. com data de acesso

A segunda reportagem encontrada “Rafael Diniz é eleito prefeito de Campos, RJ, com 55% dos votos”¹⁵, publicada no dia 02/10/2016. A matéria sucinta que noticia a vitória nas eleições de Rafael Diniz, em 2015, para a Prefeitura de Campos e que também retoma pontos já discutidos pelo candidato em matérias anteriores do G1. Rafael Diniz, então recém-eleito para a Prefeitura, aponta caminhos para, segundo ele, gerar empregos, renda e recursos próprios para o município (mais uma vez sendo utilizada a expressão dependência dos royalties) (G1 RAFAEL, 2016)

A terceira reportagem foi “Campos, RJ, sediará Seminário Regional de Agricultura nesta quinta-feira”¹⁶, publicada no dia 21/06/2017. A matéria anuncia o Seminário Regional de Agricultura que foi sediado em Campos no ano de 2017. O fio condutor foi estruturado através de declarações do Prefeito, Rafael Diniz, e do secretário estadual de Agricultura, Jair Bittencourt (G1 CAMPOS, 2017). Em nossa análise, pontuamos que a abordagem do tema se torna superficial porque não discute de forma profunda com especialistas sobre as possíveis saídas para não depender dos royalties. A foto publicada é da fachada da prefeitura e não adiciona informação ao internauta. Na estrutura do texto não conta com infográfico, e nem *hiperlinks* para contextualizar o problema.

A quarta reportagem foi “Novo Código Tributário de Campos, RJ, é apresentado na Câmara de Vereadores”¹⁷, publicada no dia 14/09/2017. A matéria é sucinta e basicamente noticia a apresentação do Novo Código Tributário de Campos, comenta superficialmente o problema das dívidas da Prefeitura através de declarações do Procurador Geral da cidade e do Secretário da Transparência e Controle (uma de cada) (G1 NOVO, 2017). Entendemos, a partir de nossa análise, que os elementos do *webjornalismo* que abordamos nos itens anteriores não são utilizados nessa reportagem, e o breve texto, montado de forma tradicional, apenas expõe o caso, não se aprofunda utilizando nenhum tipo de ferramenta que atraia o interesse do leitor, e nem *hiperlinks* para contextualizar, ou esclarecer o tema são utilizados.

A quinta reportagem foi “Prefeito de Campos, Rafael Diniz, é eleito novo presidente da Ompetro”¹⁸, publicada no dia 01/12/2017. Matéria curta que, basicamente, reporta a eleição do prefeito de Campos como presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (G1 PREFEITO, 2017). Segundo a perspectiva que adotamos para análise, apontamos que a abordagem foi superficial, pois apenas informou sobre mais uma tentativa de articulação de municípios produtores de petróleo em busca de fortalecimento político. Mais uma vez, como encontrado nos resultados relevantes das palavras-chave, a informação que agrega contexto encontra-se inscrita numa declaração do Prefeito Rafael Diniz, apenas tangenciando o assunto principal da matéria. No tocante às ferramentas do *webjornalismo*, observamos apenas a publicação da foto que representa a posse do prefeito no cargo, e os *hiperlinks* apenas direcionam para a página do G1 das cidades representadas pelos prefeitos, significando que não adicionam nenhuma informação à reportagem.

A sexta reportagem “Câmara de Campos, RJ, aprova projeto que limita o reajuste de IPTU”¹⁹, publicada no dia 07/03/2018. Matéria superficial que apenas informa a respeito de um ato legislativo que foi aprovado com iniciativa da Prefeitura de Campos. Porém, tem

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/eleicoes/2016/noticia/2016/10/rafael-diniz-e-eleito-prefeito-de-campos-rj-com-55-dos-votos.html> – acessado dia: 29/05/2021. Inserir nas refs. com data de acesso

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/campos-rj-sediara-seminario-regional-de-agricultura-nesta-quinta-feira.ghtml> - acessado dia: 29/05/2021. Inserir nas refs. com data de acesso

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/novo-codigo-tributario-de-campos-rj-e-apresentado-na-camara-de-vereadores.ghtml> – acessado dia: 29/05/2021.

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/prefeito-de-campos-rafael-diniz-e-eleito-novo-presidente-da-ompetro.ghtml> – Acessado dia: 29/05/2021.

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/camara-de-campos-rj-aprova-projeto-que-limita-o-reajuste-de-iptu.ghtml> – Acessado dia: 29/05/2021.

relevância para a pesquisa devido ao contexto de crise econômica da época e por conter declaração relevante do Prefeito Rafael Diniz sobre a temática dos *royalties* e como Campos é dependente deles. A autorização do reajuste contribui positivamente para uma das estratégias, aumento de impostos, e dessa forma, ampliar a arrecadação do município (G1 CÂMARA, 2018).

Quando percebemos a presença dos elementos do *webjornalismo* nesse caso, somos atendidos de forma parcial: a foto apenas ilustra o fato, os *hiperlinks* são efetivos porque retomam e contextualizam o assunto, e a memória é ressaltada na reportagem.

A sétima reportagem foi “Ministro da Agricultura em exercício visita projeto Tomatec, em Campos, no RJ”²⁰, publicada no dia 21/06/2018. Matéria superficial, que trata de contar a respeito da visita de um Ministro de Estado ao município, e que passa um ar otimista ao reproduzir aspas do Prefeito e do Ministro sem qualquer interpretação mais aprofundada ou questionamento crítico. Mas, mesmo assim, através da fala do Prefeito é possível inferir que o projeto “Tomatec” é mais uma tentativa do poder municipal de se emancipar / diversificar frente à ampla dependência de Campos do setor petrolífero e seus recursos (G1 MINISTRO, 2018).

Ao considerarmos, nessa reportagem, a aplicação dos atributos do *webjornalismo* identificamos, de forma parcial, que a utilização da foto é peculiar e ilustra o fato, e os *hiperlinks* auxiliam o leitor a entender melhor o projeto apresentado pelo ministro e como foi concebida a caravana. Os outros aspectos não foram atendidos.

No Quadro 1 são apresentados, de forma qualitativa, os trechos das matérias analisadas e como eles se encaixam nos atributos do *webjornalismo*:

Quadro 1: Reportagens – G1 Norte Fluminense Dependência *Royalties* – 2014 a 2018

TÍTULO	MULTIMÍDIA	INTERATIVIDADE	HIPERTEXTO	MEMÓRIA	HIPERLINKS
Orçamento de Campos, RJ, para 2016 é discutido em audiência na Câmara	Não	Não	Sim	Não	Não
Rafael Diniz é eleito prefeito de Campos, RJ, com 55% dos votos	Sim (fotos)	Sim (eleitores parabenizaram o candidato)	Sim	Sim (relembra o posicionamento do candidato)	Sim (complementam a informação)
Campos, RJ, sediará Seminário Regional de Agricultura nesta quinta-feira	Sim (foto)	Não	Não	Não	Não
Novo Código Tributário de Campos, RJ, é apresentado na Câmara de Vereadores	Sim (foto)	Não	Não	Não	Não
Prefeito de Campos, Rafael Diniz, é eleito novo presidente da Ompetro	Sim (foto)	Não	Não	Não	Sim (mas não atende a reportagem)

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/ministro-da-agricultura-em-exercicio-visita-projeto-tomatec-em-campos-no-rj.ghtml> - Acessado dia: 29/05/2021.

Câmara de Campos, RJ, aprova projeto que limita o reajuste de IPTU	Sim (foto)	Não	Não	Sim	Sim (retoma o projeto de lei e ainda oferece um serviço para a população)
Ministro da Agricultura em exercício visita projeto Tomatec, em Campos, no RJ	Sim (foto)	Não	não	Não	Sim (retomou o projeto e a caravana)

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

A análise do Quadro 1 permite-nos compreender que muitos artifícios que esclarecem o tamanho da dependência dos *royalties* do município de Campos dos Goytacazes não foram utilizados. O item *Multimídia* atende de maneira parcial a necessidade de expor de diversas formas o conteúdo. Percebemos, claramente, que a utilização apenas de fotos, muitas delas de arquivo, explora de maneira tímida a notícia e não oferece opções mais factuais de compreensão dessa informação, de forma mais visual. Acreditamos, por exemplo, que a utilização de gráficos ressaltaria a queda na arrecadação oriunda dos *royalties*.

No item *Interatividade* observamos que em apenas um caso há registro do retorno do público, e, mesmo assim, sem reflexões ou críticas. Nesse caso, percebemos que a falta de interatividade com o público enfraquece o envolvimento da mídia com a população, e vice-versa.

Observamos a técnica do hipertexto, exposta no terceiro item, apenas em dois casos, dos sete analisados. A técnica das divisões dos textos em blocos informativos, visando dinamizar e conceder autonomia aos conteúdos, não é explorada na maioria das reportagens coletadas (apenas uma de sete), ou seja, o descaso no emprego dessa técnica não busca envolver o leitor.

No item *Memória* nos deparamos com o atendimento parcial dessa expectativa. Como o texto não retoma projetos, dados comparativos e nem quadros que demonstram a evolução do caso, apenas temos contato com o factual, sem analisar o contexto anterior, o que se considera importante numa matéria dessa natureza e temática.

No item *Hiperlinks*, apenas alguns atenderam a expectativa de contextualizar e enriquecer a temática. Esse elemento buscou atender de forma limitada o potencial de comunicação do texto.

9 Considerações finais

Diante dos resultados apresentados no decorrer da exposição bibliográfica e análise do *corpus* da pesquisa, observamos que os elementos que caracterizam o perfil do *webjornalismo* tradicional não são praticados com efetividade nas reportagens identificadas sobre dependência de *royalties* no G1 Norte Fluminense entre 2014 e 2018. Os sete exemplos que o estudo abordou anteriormente suscitam a precariedade na elucidação dos fatos jornalísticos, conforme citado por Gantos (2019). Além disso, assinalamos um déficit informacional sobre as perdas petrolíferas, destinação e acompanhamento. Tal percepção ressalta a baixa aderência e qualidade editorial.

Na descrição feita das reportagens e produção do Quadro 1 verificamos que, em sua maioria, as matérias não exploravam com profundidade o tema, restringindo-se a apresentar as declarações dos agentes políticos entrevistados. Não observamos a participação de especialistas para ponderar, ou analisar cada caso. Baseados em Freire (2003), identificamos

que as produções pareciam mera transferência de dados, comunicados do fato, e que não refletem o cotidiano.

Outro ponto que poderia ser utilizado são as reportagens produzidas pela InterTV Planície, que faz parte do grupo, e que cobre boa parte dos eventos. Essas produções não foram adicionadas no espaço disponíveis às reportagens, e assim não se fomentou a multimídia do conteúdo.

Nesse sentido, pontuamos que as notícias veiculadas pelo G1 a respeito do uso dos recursos financeiros provenientes dos *royalties* do petróleo não dão conta da temática, apresentando informações superficiais e de baixo potencial de ampliação da capacidade do cidadão em controlar ou fiscalizar a aplicação desses recursos pelo poder público, o que confirma a hipótese inicial deste estudo.

Em contrapartida, ao observarmos a produção de informação e conhecimento nas plataformas midiáticas do PEA-TP, entendemos que existe um *agir comunicativo democrático*, levando em conta os princípios da comunicação popular e da Vigília Cidadã, tendo a informação sobre *royalties* como conhecimento qualificado e comunicado, ampliando a capacidade de o cidadão inserir-se no debate público acerca do uso desses recursos financeiros.

Acreditamos que espaços como o do PEA-TP, no interior do estado do Rio de Janeiro, podem ser mais explorados pela imprensa como fonte de dados e de informação primária, seja para a apuração de notícias, seja para sugestão de pautas sobre a temática *royalties* e uso das receitas oriundas da extração do petróleo e até mesmo para análise das informações sobre a temática.

Referências

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Rio de Janeiro: ANP, 2018. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/anuario-estatistico-2018#:~:text=O%20Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20Brasileiro%20de,per%C3%ADodo%20de%202008%20a%202017.>> Acesso em 10 marc. 2022

BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2001.

BARICHELLO, E.; CARVALHO, L. *Webjornalismo Participativo como estratégia de legitimação. Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 6, n.1, p. 175-186, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p175>>. Acesso em: 01/ jul/ 2021.

BRASIL. *Lei 7.453*, de 27 de dezembro de 1985. Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953 [...] institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17453.>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. *Lei 7.525*, de 22 de julho de 1986. Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17525.>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. *Lei 9.478*, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CAVALCANTI, I. H. F. A. D. *O webjornalismo e suas potencialidades: um estudo de caso do portal NE10*. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CANAVILHAS, J. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, J. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. p. 03-24 LabiCom: Covilhã, 2014.

COORDENAÇÃO GERAL DE PETRÓLEO E GÁS DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - CGPEG/DILIC/IBAMA. *Relatório sobre os projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos e diagnóstico participativo do PEA-BC*. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012

CUNHA, B.K.C; GOMES, K.L.A; CAJAZEIRA, P.E.S.L. Do Gatekeeping ao Gatewatching no Webjornalismo participativo: relacionamento colaborativo entre imprensa e audiência na produção jornalística no cenário online. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20, 2018. Juazeiro. *Anais...* Juazeiro: Intercom, 2018. p. 1-13. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0007-1.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FABBRI JR, D.; ORMANEZE, F. O início de uma história: o surgimento do G1 Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/o-inicio-de-uma-historia-o-surgimento-do-g1-campinas/view>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FONSECA, F. Mídia e esfera pública: reflexões sobre o caráter privado, mercantil e liberal dos meios de comunicação. In: Revista *Communicare*. Volume 10, nº 1, p. 45-57, Set. 2010. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/fonseca_-_midia_e_esferapublica_reflexoessobre_o_carater_privadomercantil_e_liberal_dos_meios_de_comunicacao.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GANTOS, M. C. (2015). Territorios do petróleo: unha experiencia de educación ambiental baixo a licenza ambiental de gas e petróleo en Brasil. *Ambientalmente sustentable*, 02(020), 1633-1652. <https://doi.org/10.17979/ams.2015.02.020.1690>. Disponível em: <<https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2015.02.020.1690>> Acesso em: 14 jan. 2021.

GANTOS, M. (Coord.) *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2019.

G1 CAMARA de Campos/RJ aprova projeto que limita o reajuste de IPTU. In: Campos dos Goytacazes. 26. Nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/camara-de-campos-rj-aprova-projeto-que-limita-o-reajuste-de-iptu.ghtml>> Acesso em: 29 maio 2021.

G1 CAMPOS sediará seminário regional de agricultura nesta quinta-feira. In G1, Campos dos Goytacazes, 21 de junho 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/campos-rj-sediara-seminario-regional-de-agricultura-nesta-quinta-feira.ghtml>> Acesso em: 29. Maio. 2021.

G1 COMPLETA seu primeiro ano na internet. In: G1, Campos dos Goytacazes, 18 de set. de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL105920-6174,00-G+COMPLETA+SEU+PRIMEIRO+ANO+NA+INTERNET.html>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

G1 MINISTRO da Agricultura em exercício visita projeto Tomatec em Campos, no RJ. In: Campos dos Goytacazes. 21. Junh. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/ministro-da-agricultura-em-exercicio-visita-projeto-tomatec-em-campos-no-rj.ghtml>> Acesso em: 29 maio 2021.

G1 NOVO Código tributário de Campos/RJ é apresentado na Câmara de vereadores. In: Campos dos Goytacazes, 17. Set. 2017. Disponível em: Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/novo-codigo-tributario-de-campos-rj-e-apresentado-na-camara-de-vereadores.ghtml>> Acesso em: 29 maio 2021.

G1 ORÇAMENTO de Campos/RJ para 2016 é discutido em audiência na Câmara. In: G1, Campos dos Goytacazes, outubro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/10/orcamento-de-campos-rj-para-2016-e-discutido-em-audiencia-na-camara.html>>. Acesso em: 29. Mar. 2021

G1 PREFEITO de Campos Rafael Diniz é eleito novo presidente da Ompetro. In Campos dos Goytacazes. 01. Dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/prefeito-de-campos-rafael-diniz-e-eleito-novo-presidente-da-ompetro.ghtml>> Acesso em: 29 maio 2021.

G1 RAFAEL Diniz é eleito prefeito de Campos/ RJ com 55% votos . In G1, Campos dos Goytacazes, outubro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/eleicoes/2016/noticia/2016/10/rafael-diniz-e-eleito-prefeito-de-campos-rj-com-55-dos-votos.html>> Acesso em: 29. Maio 2021.

GOBBI, M. C. Gêneros e Formatos da Folkcomunicação. Revista Internacional de Folkcomunicação, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 74–93, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18922>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KAPLÚN, M. *Una Pedagogia de la Comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

LUBENOW, J. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, [s.v.], n. 121, p. 227-258, Jun. 2010.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/kr/a/L5Y3JWsfhpGzp4bHpw5G8gF/?lang=pt&format=pdf> >.

Acesso em: 26 jul. 2022.

MINAYO, M.C.S.; MINAYO-GÓMES, C. Difíceis e Possíveis Relações entre Métodos Quantitativos e Qualitativos nos Estudos de Problemas de Saúde. In.: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 444 p.

MIELNICZUK, L. "Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na Web". In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003. P. 37-54.

ORÇAMENTO de Campos, RJ, para 2016 é discutido em audiência na Câmara. In: G1, [s.l.], 08 de out. de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/10/orcamento-de-campos-rj-para-2016-e-discutido-em-audiencia-na-camara>. >. Acesso em: 26 jul. 2022.

PAIVA, Raquel. Minorias Flutuantes – Novos Aspectos da Contra hegemonia. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001. Anais. Campo Grande, MT: Intercom, 2001.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, E. G. (org.) *Comunicação e contrahegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PALACIOS, M. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, J. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. LabiCom: Covilhã, 2014. P. 89-110.

PAVLIK, J. V. *El periodismo y los nuevos medios de comunicación*. Tradução de Òscar Fontrodona. Barcelona: Paidós Idérica, 2005.

PERUZZO, C. *Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petropolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. *Palabra Clave*, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, pp. 367-379 Universidad de La Sabana Bogotá, Colombia. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf>> Acesso em 20 ago. 2022.

PERUZZO, C.; BRITES, J. *Sociedade da Informação e novas mídias: Participação ou exclusão?* São Paulo: Intercom, 2002.

PETROBRAS. Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental – EA. *Projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2013.

PETROBRAS/UENF. PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Rio de Janeiro: Petrobras, abril 2016.

POSTMAN, N. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

REZENDE FILHO, C. B.; CÂMARA NETO, I. A. A evolução do conceito de cidadania. 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/6496821/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_CONCEITO_DE_CIDADANIA>. Acesso em: 17 maio 2020.

SALAVERRÍA, R. De la pirámide invertida al hipertexto: hacia nuevos estándares de redacción para la prensa digital. *Novatica*, Barcelona, [s.v.], n. 142, p. 12-15, Nov./Dic. 1999.

STRATE, L. BRAGA, A.; LEVINSON, P. *Introdução à ecologia das mídias* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/São Paulo: Edições Loyola, 2019.

TERRITÓRIOS do Petróleo: Cartilha Cidadãos em Ação. Campos dos Goytacazes: ADUENF, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1_3C1fSM4-AbOcKx-rAAGGI2AL9DOK6v/view> Acesso em: 20 jul. 2022.